A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 6 de Dezembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

6 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Santos Marques*. — O Oficial de Justiça, *Ana Paz*. 1000306501

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 2645/06.6TBGMR.

Insolvência pessoa singular (apresentação).

Insolvente — Sérgio Ricardo da Costa Gonçalves.

Credores — Banif — Banco Internacional do Funchal, S. A., e outro(s)

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — Sérgio Ricardo da Costa Gonçalves, nascido em 27 de Junho de 1976, número de identificação fiscal 220068313, bilhete de identidade n.º 10749495, residente na Rua do 1.º de Maio, 745, Selho (São Lourenço), 4800-000 Guimarães;

Administrador da insolvência — Elmano Relva Vaz, residente na Rua de Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado Elmano Relva Vaz, residente na Rua de Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

Durante o período de cessão (cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência) o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

25 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Clemente*. — O Oficial de Justiça, *António Menezes Martins*. 3000217139

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA

Anúncio

Processo n.º 373/05.9TBLSD-I.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial — José Manuel Pereira Ferraz.

Requerido — António José Monteiro Lima e outro(s).

A Dr.ª Ana Gavancha Nogueira, juíza de direito do 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Louxada, faz saber que são os insolventes António José Monteiro Lima, residente no Edifício Solar da Ponte, B1.4, rés-do-chão, Santa Eulália de Barrosas, Vizela, e Paula Susana Oliveira Costeira Lima, residente no Edifício Solar da Ponte, B1.4, rés-do-chão, Santa Eulália de Barrosas, Vizela, e os seus credores, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

9 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Gavancha Nogueira*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Fernando Pereira Alves*. 3000217152

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MARCO DE CANAVEZES

Anúncio

Processo n.º 1169/05.3TBMCN.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Insolvente — Confecções Laurinda Vieira, Unipessoal, L.ª

Confecções Laurinda Vieira, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 505526654, residente no lugar de Azenha, Favões, 4625-091 Favões.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por existência/insuficiência da massa.

16 de Agosto de 2006. — A Juíza de Turno, *Cristina Susana Cardoso Pinto*. — A Oficial de Justiça, *Carmina de Almeida Cardoso*. 3000217140

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Anúncio

Processo n.º 603/06.0TBOAZ.

Insolvência pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente — INVESTAZE, L.ª, número de identificação de pessoa colectiva 500588198, lugar da Gandarinha, Zona Industrial de Cucujães, 3720-000, Cucujães, Oliveira de Azeméis.

Administrador da insolvência — João Manuel Couto Morais de Almeida, Avenida do Dr. João Canavarro, 305, 3.º, S/32, Edifício Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 20 de Novembro de 2006, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.

Ficam ainda notificados de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

26 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Maria Marques Couto*. — A Oficial de Justiça, *Júlia Costa*. 1000306481

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Anúncio

Processo n.º 243/06.3TBOHP.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Credor — Boelaert & Moens, B. V. B. A./S. P. R. L.

Insolvente — ANFERMEQ — Comércio de Artigos Para o Lar Unipessoal, L.ª

No Tribunal da Comarca de Oliveira do Hospital, secção única, no dia 14 de Julho de 2006, às 19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) ANFERMEQ — Comércio de Artigos para o Lar, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 503999814, com sede na Rua do Engenheiro Caeiro da Mata, 14, 2.º, esquerdo, frente, Oliveira do Hospital, 3400-000 Oliveira do Hospital, com sede na morada indicada.

São administrador(s)/gerente do devedor António Fernando Mendes Paixão, com residência na Rua do Engenheiro Caeiro da Mata, 14, 2.º, esquerdo, frente, 3400 Oliveira do Hospital, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para administrador da insolvência é nomeado Nuno Gonçalo de Oliveira Cruz Barbosa Castelhana, residente na Rua do Padre Estêvão Cabral, sala 204, 3000-317 Coimbra.

Declara-se aberto o incidente limitado de qualificação da insolvência (artigo 191.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

Da presente sentença pode ser interposto recurso no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE) e ou deduzidos embargos no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE);

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Qualquer interessado pode pedir, no prazo de cinco dias, que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º, aplicando-se à citação, notificação, publicidade e registo da sentença o disposto nos artigos anteriores [artigo 39.º, n.º 2, alíneas a) e h), do CIRE].

18 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Luís Alves*. — O Oficial de Justiça, *José Nobre*. 3000213321

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio

Processo n.º 5578/05.0TBVFR.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Credor — Conceria Tirrena, Spa.

Insolvente — Lucas Coelho & Silva, L.ª

Lucas Coelho & Silva, L.ª, número de identificação fiscal 504760351, com sede na Zona Industrial de Mosteiro, 4520-404 Monteiro, vfr.

Dr.ª Conceição Santos, residente na Rua de São Nicolau, 2, SI 102, 1.º, 4520-248 Santa Maria da Feira.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por não ter sido pedido o complemento da sentença, a qual já transitou em julgado, artigo 39.º, n.º 7, alínea b), do CIRE.

9 de Maio de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Guedes da Costa*. — O Oficial de Justiça, *David Aleixo Sousa*. 3000214509

Anúncio

Processo n.º 2844/06.0TBVFR.

Insolvência pessoa colectiva (requerida).

Credor — Emília dos Santos Ferreira.

Insolvente — Silva Ribeiro & Pinto, L.ª

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Silva Ribeiro & Pinto, L.ª, número de identificação fiscal 502933771, com sede no lugar de Duas Igrejas, Romariz, 3700-817 Romariz, vfr., Elmano Relva Vaz, residente na Rua do Mouões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

a) Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa e do disposto no artigo seguinte;

b) Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas e das conferidas, se for o caso, pelo plano de insolvência;

c) Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em acção de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência;

d) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

O encerramento do processo de insolvência antes do rateio final determina:

a) A ineficácia das resoluções de actos em benefício da massa insolvente, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para a defesa nas acções dirigidas à respectiva impugnação, bem como nos casos em que as mesmas não possam já ser impugnadas em virtude do decurso do prazo previsto no artigo 125.º, ou em que a impugnação deduzida haja já sido julgada improcedente por decisão com trânsito em julgado;

b) A extinção da instância dos processos de verificação de créditos e de restituição e separação de bens já liquidados que se encontrem pendentes, excepto se tiver já sido proferida a sentença de verificação e graduação de créditos prevista no artigo 140.º, caso em que prosseguem até final os recursos interpostos dessa sentença e as acções cujos autores assim o requeiram, no prazo de 30 dias;

c) A extinção da instância das acções pendentes contra os responsáveis legais pelas dívidas do insolvente proposto pelo administrador da insolvência, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para o seu prosseguimento.

As custas das acções de impugnação da resolução de actos em benefício da massa insolvente julgadas procedentes em virtude do disposto na alínea a) do número anterior constituem encargo da massa insolvente, se o processo for encerrado por insuficiência desta.

Exceptuados os processos de verificação de créditos, qualquer acção que corra por dependência do processo de insolvência e cuja ins-